

Especial

Anac estuda criar fundo para aeroportos deficitários

Daniel Rittner

De Brasília

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deverá sugerir ao governo, como parte do modelo de concessão à iniciativa privada do Galeão e de Viracopos, a criação de novos mecanismos para sustentar financeiramente os aeroportos deficitários do país.

Dos 67 terminais administrados pela Infraero, pouco mais de dez são lucrativos. Como o Galeão e Viracopos correspondem a cerca de 20% de toda a receita da estatal, uma das principais alegações dos opositores da privatização é que faltará dinheiro para gerir aeroportos menores. A Anac estima que os terminais deficitários geram um rombo em torno de R\$ 200 milhões e avalia a proposta de um novo fundo para geri-los.

De acordo com Ronaldo Serôa da Motta, diretor da agência, o Conselho de Aviação Civil (Conac) estabelecerá diretrizes específicas

para a Anac em janeiro e o órgão regulador pretende fechar o modelo de concessão ainda no primeiro semestre. A decisão de lançar os editais cabe exclusivamente ao governo, acrescentou.

O subsecretário de Transportes do Rio, Delmo Pinho, revelou que o governo estadual já foi procurado por pelo menos quatro grupos estrangeiros e dois nacionais interessados na concessão do Galeão. Manifestaram interesse a francesa Aéroports de Paris, a argentina Aeropuertos 2000, a espanhola Ferrovial (dona da BAA, que administra os principais terminais de Londres, incluindo Heathrow e Gatwick), a alemã Fraport (do aeroporto de Frankfurt, maior da Europa) e as construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa, com parceiros do exterior — sem falar nas próprias empresas aéreas, também interessadas, mas que provavelmente ficarão impedidas de participar.

Para financiar os aeroportos deficitários, Serôa da Motta cogitou a

possibilidade de criação de um fundo alimentado com parte dos recursos do Ataero — o adicional sobre tarifas aeroportuárias hoje destinado à infra-estrutura no setor, ao Comando da Aeronáutica e ao Tesouro Nacional.

O fundo também pode ser nutrido pelo pagamento da outorga dos aeroportos licitados, segundo o diretor. A agência, que estuda o modelo de concessão junto com o BNDES, pode sugerir o estabelecimento de tarifas máximas nos editais. Mas quase certamente proporá a fixação de um valor de outorga a ser pago — anualmente, por exemplo, conforme recomendação da Abdib.

Serôa da Motta disse que a experiência internacional normalmente demonstra o fracasso de modelos que vinculam a concessão de aeroportos mais rentáveis com terminais menores — no estilo “quem fica com o filé leva o osso”. Por isso, afirmou que é improvável a adoção desse modelo.

“Há quase um consenso de que isso, no Brasil, seria quase um salto no escuro. Mas não está descartado. Cabe ao Conac decidir”, disse o diretor, referindo-se ao órgão de aconselhamento da Presidência da República, que é presidido pelo Ministério da Defesa. Ele frisou que “não há hipótese de fechamento” dos pequenos aeroportos da Infraero por falta de recursos para sustentá-los, com a concessão de seus terminais mais rentáveis.

O presidente da estatal, Sérgio Gaudenzi, deixa o cargo na sexta-feira exatamente pela perspectiva pessimista que traça para a Infraero e seus aeroportos deficitários após a concessão do Galeão e de Viracopos. Na década passada, imaginava-se que o arrendamento da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), privatizada em blocos a partir de 1996, ajudaria a financiar a expansão da malha de ferrovias. Isso nunca ocorreu e os recursos do arrendamento, R\$ 300 milhões, engordam o caixa do Tesouro.

Subsídio deixará luz mais cara

De Brasília

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), encargo pago por todos os consumidores do país para subsidiar a geração de energia na região Norte, ultrapassou as estimativas iniciais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e receberá um acréscimo de pelo menos R\$ 521 milhões nos meses de novembro e dezembro.

O adicional deverá ter impacto nas revisões e reajustes tarifários de 2009, mas a Aneel ainda não fez simulações com os percentuais. Aprovada em fevereiro, a cota da CCC neste ano havia sido fixada em R\$ 3 bilhões.

O estouro ocorreu, segundo a agência reguladora, por causa do reajuste do óleo combustível utilizado no acionamento das usinas termelétricas dos sistemas isolados. O aumento ficou entre 15% e 34%. Além disso, algumas empresas deixaram de restituir à conta o dinheiro que

recebem como crédito de ICMS. A Conta de Consumo de Combustíveis é administrada pela Eletrobrás.

O acréscimo da conta pode subir mais R\$ 130 milhões, caso a Companhia Estadual do Amapá (CEA) não regularize sua situação de inadimplência, como promete. Caso isso ocorra, o adicional deverá ser incluído na cota da CCC para 2009, que a agência de energia apreciará nos próximos meses.

Esse é mais um fator de pressão para as contas de luz no ano que vem, já com tendência de alta por causa do IGP-M e da desvalorização do real. O dólar mais caro joga para cima o custo da eletricidade comprada da Itaipu Binacional, que fornece cerca de 20% da energia comprada pelas distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Na semana passada, o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, admitiu a tendência de alta das tarifas de luz.